

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOÃO PEDRO VALENTE ALMEIDA

REALISMO, MORALIDADE E PODER:

Um estudo comparativo entre Morgenthau e Kissinger na política externa dos EUA

São Carlos

2025

JOÃO PEDRO VALENTE ALMEIDA

REALISMO, MORALIDADE E PODER

Um estudo comparativo entre Morgenthau e Kissinger na política externa dos EUA

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação
em Ciências Sociais do Centro de Ciências
Humanas da Universidade Federal de São
Carlos como requisito para a obtenção do
Título de Bacharel em Ciências Sociais
Orientador: Prof. Dr. Renato Almeida de
Morais

São Carlos

2025

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação geralmente é elaborada pela biblioteca da
Instituição de Ensino.

JOÃO PEDRO VALENTE ALMEIDA

REALISMO, MORALIDADE E PODER

Um estudo comparativo entre Morgenthau e Kissinger na política externa dos EUA

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais

São Carlos, xx de julho de 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Renato Almeida de Moraes , Dr.

Orientador

Universidade Federal de São Carlos

Prof.^a Maria do Socorro Sousa Braga, Dra.

Universidade Federal de São Carlos

Este trabalho é dedicado à minha base, Marco Pollo, Carla Regina e Vitória.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é a conclusão de mais uma importante etapa da minha vida que não seria possível sem o apoio de pessoas fundamentais, às quais sou profundamente grato. Ao meu orientador, Renato Almeida de Moraes, sou profundamente grato. Seu conhecimento, paciência e dedicação foram essenciais para a realização deste trabalho. Mais do que um orientador, tornou-se uma inspiração para mim, por sua postura ética, profissional e humana.

Ao meu pai, Marco Pollo, minha maior referência nessa vida, seus passos moldam o meu caminho. Minha mãe Carla Regina, responsável pelos meus cuidados, você sempre foi o meu porto seguro. Agradeço por serem minha base em tudo: pela educação, pelos valores, pela proteção e por terem sido essenciais na minha formação como ser humano. Nada disso seria possível sem vocês.

À minha companheira na vida, Vitória, você é a minha motivação para sempre seguir em frente. Agradeço por estar ao meu lado em todos os momentos — nos bons e nos difíceis. Obrigado por acreditar em mim quando eu mesmo duvidei, por me encorajar e me lembrar do meu propósito. À minha sogra, Viviane, que me acolheu como um filho, me ofereceu conselhos valiosos e um lar seguro longe de casa. Sua presença foi um guia nos momentos mais desafiadores da faculdade.

Agradeço também aos meus avós — Clara, Cláudio, Jorge, Rosângela e Maurin —, aos meus tios — Mauren, Carina e Mauro —, à minha cunhada Natasha e a todos que, mesmo à distância, sempre acreditaram em mim e torceram pelo meu sucesso. Cada palavra de apoio e gesto de carinho teve grande valor nessa caminhada.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), especialmente ao curso de Ciências Sociais, por ter sido o espaço onde pude crescer academicamente, politicamente e como pessoa. Foi nesse ambiente que tive a oportunidade de aprender, questionar, construir e reconstruir ideias que levarei para a vida.

A todos vocês, meu muito obrigado.

“[...] os princípios sobre os quais as constituições americanas repousam, esses princípios de ordem, de ponderação dos poderes, de verdadeira liberdade, de sincero e profundo respeito ao direito são indispensáveis a todas as repúblicas; devem ser comuns a todas, e pode-se dizer de antemão que, onde eles não se encontrarem, à república terá cessado de existir. (TOCQUEVILLE, A. 1848)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar comparativamente as concepções de poder e moralidade nos pensamentos de Hans Morgenthau e Henry Kissinger, com foco em suas implicações para a política externa dos Estados Unidos. A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem teórica e qualitativa, utilizando o método de análise comparativa para identificar convergências e divergências entre os autores. No primeiro momento, examina-se a fundamentação teórica de Morgenthau, destacando sua concepção clássica do realismo político, especialmente os conceitos de interesse nacional, poder e a tensão com a moralidade. Em seguida, analisa-se o pensamento de Kissinger, enfatizando seu pragmatismo realista, a aplicação prática de suas ideias enquanto estadista e sua leitura histórica das relações internacionais. No último capítulo, são confrontadas as ideias dos dois autores, identificando como cada um interpreta o papel da moral na política internacional, bem como suas diferentes compreensões sobre o uso e a função do poder no contexto da política externa norte-americana. Conclui-se que, embora ambos compartilhem uma base realista, suas abordagens apresentam diferenças substanciais: Morgenthau constrói uma teoria normativa sobre os limites e responsabilidades morais do poder, enquanto Kissinger adota uma postura mais estratégica e circunstancial, priorizando a estabilidade e o equilíbrio internacional. A análise permite compreender como diferentes vertentes do realismo moldam visões distintas sobre o comportamento dos Estados, contribuindo para o debate sobre a atuação dos Estados Unidos na ordem internacional contemporânea.

Palavras-chave: Realismo político 1. Hans Morgenthau 2. Henry Kissinger 3. Política externa 4. Poder 5. Moralidade 6.

ABSTRACT

This study aims to comparatively analyze the concepts of power and morality in the thought of Hans Morgenthau and Henry Kissinger, focusing on their implications for United States foreign policy. The research adopts a theoretical and qualitative approach, using the comparative analysis method to identify convergences and divergences between the authors. Initially, it examines Morgenthau's theoretical foundations, highlighting his classical realist conception, especially the notions of national interest, power, and the tension with morality. Then, it analyzes Kissinger's thought, emphasizing his pragmatic realism, the practical application of his ideas as a statesman, and his historical perspective on international relations. In the final chapter, the study contrasts both authors' views, identifying how each interprets the role of morality in international politics, as well as their differing understandings of the use and function of power within the context of U.S. foreign policy. The conclusion points out that, although both share a realist foundation, their approaches differ significantly: Morgenthau constructs a normative theory on the moral limits and responsibilities of power, while Kissinger adopts a more strategic and situational stance, prioritizing international stability and balance. The analysis contributes to understanding how different strands of realism shape distinct views on state behavior, enriching the debate on the role of the United States in the contemporary international order.

Keywords: Political realism 1. Hans Morgenthau 2. Henry Kissinger 3. Foreign policy 4. Power 5. Morality 6.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA Estados Unidos da América

ONU Organização das Nações Unidas

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	MORGENTHAU E A BUSCA CONSTANTE PELO PODER	15
2.1	DIÁLOGOS CONCEITUAIS DE PODER: MORGENTHAU E CARR	17
2.2	DESAVENÇAS SOBRE A NATUREZA MORAL DO PODER	20
2.3	NATUREZA HUMANA E A LUTA INERENTE PELO PODER	21
2.4	A BALANÇA DE PODER EM MORGENTHAU: FUNDAMENTOS E EXPLICAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA	24
3	KISSINGER: O PRAGMATISMO REALISTA E A CONDUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS	28
3.1	O REALISMO HISTÓRICO E A CONCEPÇÃO DE PODER	29
3.2	A EXPERIÊNCIA DE KISSINGER E A COMPREENSÃO ESTRATÉGICA DO PODER	31
3.3	RELAÇÃO INTRÍNSECA ENTRE A ORGANIZAÇÃO INTERNA DE UM ESTADO E A POLÍTICA EXTERNA: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS DE LIDERANÇA.....	32
3.4	MORALIDADE E PRAGMATISMO NA POLÍTICA EXTERNA	35
3.5	A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA SOB A ÓTICA KISSINGERIANA.....	37
4	PARALELOS ENTRE MORGENTHAU E KISSINGER: TEORIA E PRÁTICA NA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA	40
4.1	POLÍTICA EXTERNA DOS EUA: CONTINUIDADE E RUPTURA?	43
5	CONCLUSÃO	47

1 INTRODUÇÃO

A compreensão das dinâmicas de poder e moralidade é fundamental para analisar a conduta dos Estados no cenário internacional, especialmente no que tange à política externa de grandes potências como os Estados Unidos (Morgenthau, 2003). Desde os primeiros pensadores da antiguidade grega, como Tucídides, a reflexão sobre as relações internacionais tem se debruçado sobre a tensão inerente entre a busca pelo poder e a aplicação dos princípios morais (Morgenthau, 2003). No contexto contemporâneo, a persistência de desafios globais e a complexidade das interações interestatais tornam indispensável o exame das bases conceituais que moldam as decisões de política externa.

O presente trabalho tem como objetivo analisar comparativamente as concepções de poder e moralidade nos pensamentos de Hans Morgenthau e Henry Kissinger, com foco em suas implicações para a política externa dos Estados Unidos. A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem teórica e qualitativa, utilizando o método de análise comparativa para identificar convergências e divergências entre os autores.

No primeiro momento, examina-se a fundamentação teórica de Morgenthau, destacando sua concepção clássica do realismo político. Para Morgenthau, a política, assim como a sociedade em geral, é governada por leis objetivas enraizadas na natureza humana, levando à inevitabilidade da luta por poder (Morgenthau, 2003). Ele define o interesse nacional em termos de poder como a principal sinalização para a compreensão da política internacional, estabelecendo-a como uma esfera autônoma de ação. Essa perspectiva, que remonta a filósofos clássicos da China e da Índia, sustenta que a teoria política deve ser testada pela razão e pela experiência, distinguindo a verdade da opinião (Morgenthau, 2003). A moralidade, em sua formulação universal abstrata, não pode ser diretamente aplicada às ações dos Estados; a prudência – a avaliação das consequências políticas – é considerada a virtude suprema na política, visto que o Estado não tem o direito de sacrificar sua sobrevivência em nome de um princípio moral, ao contrário do indivíduo (Morgenthau, 2003). Morgenthau refuta a falácia de que as políticas externas são baseadas exclusivamente nos motivos ou nas simpatias filosóficas dos políticos, enfatizando a necessidade de distinguir entre o desejável e o possível (Morgenthau, 2003). Ele critica a utopia científica e o enfoque moralista-legal na política internacional, que, ao ignorarem a realidade do poder, podem levar a decisões ineficazes ou desastrosas (Morgenthau, 2003). Sua obra busca ser uma

"codificação do Poder como esteio principal da teoria realista" (SARDENBERG; 2003; p. 23).

Em seguida, analisa-se o pensamento de Kissinger, enfatizando seu pragmatismo realista, a aplicação prática de suas ideias enquanto estadista e sua leitura histórica das relações internacionais. Kissinger, que se reconhece como um expoente do realismo juntamente com Morgenthau e Kennan (Morgenthau; 2003), explica que seu livro sobre a China é um esforço para compreender o modo conceitual como os chineses pensam sobre problemas de paz e guerra, em contraste com a abordagem americana, mais pragmática e pontual (Kissinger; 2011). Ele argumenta que diferentes histórias e culturas produzem conclusões divergentes, mas é essencial compreendê-las (Kissinger; 2011). Kissinger enfatiza a importância de uma estratégia de longo prazo, baseada na análise cuidadosa de todos os fatores relevantes, e a necessidade de o estadista atuar no limite do possível para forjar uma direção coerente (Kissinger; 2015). Sua abordagem para a política externa de Nixon, por exemplo, buscava a conciliação de interesses e a estabilidade internacional, utilizando a abertura com a China para redefinir a abordagem americana da política externa e da liderança internacional (Kissinger; 2011). Kissinger defende que a sinceridade e o reconhecimento do interesse mútuo são cruciais para a previsibilidade nas relações internacionais, e que a coexistência combativa ou a coevolução são abordagens válidas quando os interesses não são totalmente congruentes (Kissinger; 2011). Ele observa que, ao contrário de teóricos europeus que proclamavam o equilíbrio de poder como meta, a China via a dominação psicológica e a manipulação do posicionamento estratégico para tornar o desfecho de um conflito previsível (Kissinger; 2011).

No último capítulo, são confrontadas as ideias dos dois autores, identificando como cada um interpreta o papel da moral na política internacional, bem como suas diferentes compreensões sobre o uso e a função do poder no contexto da política externa norte-americana. Embora os dois compartilhem uma base realista, suas abordagens apresentam diferenças substanciais: Morgenthau constrói uma teoria normativa sobre os limites e responsabilidades morais do poder, insistindo que "não pode haver moralidade política sem prudência" (MORGENTHAU; 2003; p. 20), e que a adesão a princípios morais universais

deve ser "filtrada pelas circunstâncias concretas de tempo e lugar" (MORGENTHAU; 2003; p. 20). Ele critica políticas que ignoram o poder ou o tomam como "mera ostentação neurótica"(MORGENTHAU; 2003; p. 195). Kissinger, por sua vez, adota uma postura mais estratégica e circunstancial, priorizando a estabilidade e o equilíbrio internacional (Kissinger, 2015). Ele reconhece o "excepcionalismo americano", que é missionário e busca disseminar seus valores universais, mas adverte que a imposição desses valores por confronto pode ser contraproducente em países como a China (Kissinger, 2011). Enquanto Morgenthau via a política externa como uma luta contínua pelo poder (Morgenthau; 2003), Kissinger e Nixon buscaram transcender isso através de um equilíbrio de poder que incluía a parceria e a cooperação, mesmo com adversários ideológicos, como no triângulo EUA-URSS (Kissinger; 2015). A análise permite compreender como diferentes vertentes do realismo moldam visões distintas sobre o comportamento dos Estados, contribuindo para o debate sobre a atuação dos Estados Unidos na ordem internacional contemporânea. Ambos os autores, embora com estilos distintos – Morgenthau como professor frustrado pela incompreensão e Kissinger como um estrategista no limite do possível –, oferecem ferramentas conceituais essenciais para navegar a complexidade das relações internacionais no século XXI.

2 MORGENTHAU E A BUSCA CONSTANTE PELO PODER

Como um dos fundamentos iniciais para o desenvolvimento de uma teoria realista da política, Morgenthau (2003) se apegua à perspectiva do poder político como forma de uma determinada nação, alcançar seus objetivos, sejam eles quais forem. Especificamente, ele se refere ao poder, como o controle de um homem sobre a mente e ação de outros homens. Essa definição pode ir além da força física ou militar, como um conceito multidimensional que inclui elementos psicológicos, políticos, econômicos, militares e culturais. Ele estabelece uma distinção clara entre este tipo de poder e outras formas, como o poder sobre a natureza ou sobre si próprio.

Inicialmente, o argumento sobre a sustentação de sua teoria é realizado através de testes e comparações à uma visão de ordem universal baseada em valores que podem guiar a forma de fazer política. É descartado a compreensão de que determinadas ações podem ser guiadas por uma maleabilidade infinita da natureza humana, ou pela educação, ou no reformismo. Visto que, a imperfeição é a inerente característica do ser humano, suas ações devem ser analisadas com reservas quanto às suas intenções. A compreensão de que estamos inseridos em um mundo provido de interesses contrários, entornados sempre de conflitos constantes, é o primeiro passo para um entendimento racional sobre as ações do homem, e consequentemente, no campo do jogo político internacional.

Como um primeiro passo, o interesse é colocado como uma constante objetiva que permite compreender a política internacional como uma esfera autônoma, distinta de outras dimensões, sejam elas étnicas ou econômicas. Isso se dá pelo julgamento de sua natureza empírica e pragmática, ao desenvolver a ideia de que o debate sobre o tema jamais deve ser desligado da realidade, mas sim na capacidade de analisar os fatos como se apresentam. Emery (1915) contribui na defesa de que para suprir as necessidades reais do estado em um determinado momento, os fatos sociais devem ser considerados como eles realmente existem.

A validade de sua teoria, é submetida a testes importantes, como o teste empírico, na qual sua ideia deve ser capaz de identificar uma coerência entre teoria e fatos, através de uma explicação que dê sentido aos eventos e dinâmicas ocorridos no campo da política internacional. E o teste teórico, em que conclusões estabelecidas devem ter lógica através de

suas premissas constitutivas, ou seja, a teoria deve ser consistente e sempre apresentar argumentação lógica e coerente.

A política é essencialmente uma luta contínua e inevitável pelo poder, uma realidade constante da experiência histórica das nações. Ainda que os Estados possam invocar justificativas morais, religiosas ou econômicas para suas ações, todas elas estão subordinadas, na prática, ao imperativo de poder. Isso confere à política internacional um caráter eminentemente objetivo e competitivo. Procura-se entender a política internacional "como ela é, e como deve ser, face à sua natureza intrínseca, e não como as pessoas gostariam que ela fosse" (MORGENTHAU, 2003, p. 28), inevitavelmente enfrentará uma resistência psicológica maior do que outras áreas do conhecimento. Isto, pode contrariar as visões idealistas ou normativas sobre como o mundo deveria funcionar. Morgenthau justifica a necessidade de uma explicação e justificação especiais para uma formalização da compreensão teórica de uma política internacional que age de acordo com a pretensão dos negociantes.

Isso se trata de uma abordagem analítica baseada na realidade das negociações políticas internacionais, para estabelecer uma perspectiva onde a ação pragmática contrasta os princípios abstratos. Isso significa considerar as necessidades reais do estado (Emery, 1915). Para Morgenthau (2003), essa realidade é fundamentalmente moldada na luta pelo poder e pelo interesse definido em termos de poder. Isso fornece uma estrutura teórica que explica o porquê os fatos e as necessidades reais de Emery são, em grande medida, sinônimos das capacidades e dinâmicas de poder.

Ao pegarmos um exemplo histórico, já trabalhado por Morgenthau, como o Acordo de Munique de 1938¹, responsável por apaziguar os ânimos de uma Europa já em crise. Na altura da sua conclusão, o acordo foi amplamente aprovado por teóricos, praticantes da política externa e pela opinião pública, sendo visto como uma grande conquista em nome da paz. Contudo, a experiência posterior demonstrou o seu fracasso. Ainda salienta que a falha neste raciocínio reside no esquecimento das incertezas e imprevistos que caracterizam o campo da política. O que hoje parece uma simples verdade, o fracasso do Acordo de Munique, era algo que poucos estavam cientes na época.

¹ O Acordo de Munique, assinado em setembro de 1938 por Alemanha, Reino Unido, França e Itália, permitiu que Adolf Hitler anexou a região dos Sudetos, na Tchecoslováquia, em nome da manutenção da paz. É frequentemente citado como exemplo de política de apaziguamento que falhou em conter a agressão nazista.

O Realismo político, se caracteriza por sua capacidade de interpretar a somatória de fatos históricos, interesses e a compreensão da natureza humana, para assim responder de maneira racional uma solução possivelmente equilibrada para ambos estados envolvidos. Este aspecto tende a tornar para Morgenthau o campo da política algo autônomo e sustentado pela primazia da prudência:

“O realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados em sua formulação universal abstrata, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar. O indivíduo pode dizer por si próprio: "Fiat Justitia, pereat mundus" mas o Estado não tem o direito de dizer o mesmo, em nome daqueles que estão aos seus cuidados. Tanto o indivíduo como o Estado têm de julgar a ação política segundo princípios morais, tais como o da liberdade. Embora o indivíduo conte com o direito moral de sacrificar-se em defesa de tal princípio moral, o Estado não tem o direito de permitir que sua desaprovação moral da infringência da liberdade constitua um obstáculo à ação política vitoriosa, ela própria inspirada pelo princípio moral de sobrevivência nacional. Não pode haver moralidade política sem prudência, isto é, sem a devida consideração das consequências políticas da ação aparentemente moral. Desse modo, o realismo considera que a prudência - a avaliação das consequências decorrentes de ações políticas alternativas - representa a virtude suprema na política. A ética, em abstrato, julga uma ação segundo a conformidade da mesma com a lei moral; a ética política julga uma ação tendo em vista as suas consequências políticas.” (MORGENTHAU, 2003, p. 20)

O autor ainda defende que a luta pelo poder pode ser entendida como uma visão cética quanto às relações sociais e uma ideia de bem comum que possa unir os estados em esfera internacional, visto que há uma inexistência ou certa debilitação nessa ideia. O Poder político se visualiza pelo próprio entendimento do que é o estado, uma entidade responsável pelo equilíbrio social e institucional, e controle do acirramento entre facções que defendem seus próprios interesses (Morgenthau, 2003).

2.1 DIÁLOGOS CONCEITUAIS DE PODER: MORGENTHAU E CARR

A verdade, o campo político pode ser visualizado e tratado como uma mesa de negociações, na qual os instrumentos do capital político podem ser postos em jogo como forma de angariar resultados à força econômica, por exemplo, é um instrumento histórico de poder, talvez o mais importante, seja pela sua capacidade de estabelecer influência, seja pela consolidação de uma potencial expansão militar. Neste sentido, a demonstração da força econômica sempre foi um instrumento do poder político, desde a capacidade de financiar exércitos até ao controle de mercados estrangeiros e à exportação de capital (Carr, 2001). O período entre guerras evidenciou a indissociabilidade destas esferas, com a guerra econômica e a planificação econômica nacional a tornarem-se ferramentas políticas explícitas. Carr

(2001) ainda coloca que o poder é um conceito indivisível e que as armas militares são apenas diferentes instrumentos deste poder político.

Historicamente, os dois autores visualizaram o cenário das relações internacionais na primeira metade do século XX, rodeada de seus vários conflitos. A crítica ao idealismo político se confunde várias vezes com a negligência de atores internacionais que privilegiavam a construção institucional e jurídica da paz em escala global e tendia a desprezar ou secundarizar as considerações de poder. Carr (2001) contribui fortemente com esta perspectiva ao desmistificar a corrente idealista, qualificando-a como utópica. Já Morgenthau (2003), propõe a codificação do poder como esteio principal da teoria realista e deu um passo decisivo após a Segunda Guerra Mundial, num momento em que uma nova ordem internacional se organizava com o reforço da dimensão multilateral simbolizada pelas Nações Unidas, mas onde a realidade do poder se espelhava no veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Um e outro, portanto, opõem uma visão realista à visão utópica/idealista das relações internacionais.

Existe uma preocupação dentro quanto a fragilidade moral da ação estatal sobre ambas perspectivas, o que permite concluir, possivelmente a maior premissa crítica ao idealismo. O ceticismo que enxerga quanto a padrões morais universais, pelo menos desde os anos 50, a Realpolitik de Morgenthau manifesta uma dificuldade da aplicação de considerações morais a qualquer plano do estado em meio a fazer política internacional. Com essa universalização de princípios, supostos princípios absolutos e universais são reflexo inconsciente de interpretações e momentos específicos da política nacional (Carr, 2001). É introduzido o conceito da "relatividade do pensamento", argumentando que teorias intelectuais e padrões éticos são historicamente condicionados, fruto de interesses e circunstâncias, servindo como armas para defender interesses, natureza das ideologias como disfarces e armas na disputa pelo poder, dificultando a identificação das verdadeiras forças políticas em ação (Morgenthau, 2003).

Tanto um quanto o outro, demonstram ceticismo quanto à aplicação direta e universal de princípios morais à ação estatal. Os princípios morais universais devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar. O Estado não tem o direito de sacrificar aqueles sob seus cuidados em nome de um princípio moral abstrato, como um indivíduo poderia fazer. A prudência – a avaliação das consequências das ações políticas – é

considerada a virtude suprema na política. Esses supostos princípios morais universais são reflexo inconsciente de interpretações específicas da política nacional.

Uma conexão fundamental é a crítica à doutrina da harmonia de interesses. Carr (2001) argumenta que essa doutrina é um pressuposto de grupos dominantes que identificam seus interesses com os da comunidade, servindo como um "artifício moral engenhoso" para justificar sua posição. A harmonia, quando existe, é criada pelo poder dominante. Esta visão se alinha com a ênfase realista de Morgenthau (2003) na luta pelo poder e no interesse nacional como motores das relações internacionais, o que implicitamente rejeita a ideia de uma harmonia natural.

No entanto, a relação entre poder e moralidade não é vista por nenhum dos autores como uma dicotomia absoluta onde a moralidade é totalmente ausente. Eles reconhecem a natureza dual da sociedade política, construída sobre a coexistência de coerção, característica de poder, e consciência, como uma base moral. A ação política pode basear-se numa coordenação de moral e poder, sendo fatal ignorar qualquer um deles (Carr, 2001). A ilusão de que priorizar o poder trará a moral, ou que priorizar a moral trará o poder, é perigosa.

Morgenthau (2003) lista a moralidade internacional (juntamente com o direito internacional e a opinião pública mundial) como uma das limitações ou moderadores do poder nacional e da luta pelo poder. Ele discute a distinção entre poder legítimo (moral e legalmente justificado) e poder ilegítimo (cru), notando que o poder legítimo tende a ser mais efetivo. As ideologias são vistas como disfarces ou máscaras que tornam a luta pelo poder moralmente e psicologicamente aceitável.

Ao analisar a moral na política internacional, destaca que, embora a opinião realista tende a negar a aplicabilidade de padrões éticos entre estados, há um código moral comum reconhecido que liga os estados. Contudo, a moralidade esperada dos estados não é a mesma que a dos indivíduos. A moral internacional como a moral dos estados (ficção necessária de pessoa-grupo), moldada pela prática existente e onde a expectativa de reciprocidade desempenha um papel importante (Morgenthau, 2003). A moral é vista, em parte por, como uma codificação da prática existente (Carr, 2001). O poder tem grande capacidade para criar a moral conveniente para si, e a coerção pode gerar consentimento. Nesse ponto é identificado um dilema: a aceitação de uma moral internacional versus a relutância em sacrificar o bem do próprio país pelo bem do todo. Uma ordem moral internacional repousa sobre alguma

hegemonia de poder, que para ser tolerável, deve conter um elemento de reciprocidade e auto-sacrifício por parte dos que detêm o poder. É nesse "processo de dar e receber" que a moral encontra seu ponto de apoio na política internacional.

Ambos, afastam-se tanto do idealismo ingênuo que ignora o poder quanto de um realismo cínico que ignora a moralidade. Eles convergem na necessidade de entender a política internacional através do entrecruzamento inseparável entre poder e moralidade, onde a moralidade, longe de ser um conjunto de princípios universais pairando acima da política, está intrinsecamente ligada às estruturas de poder e à prática dos estados, atuando tanto como limitação quanto como produto e ferramenta na dinâmica complexa das relações internacionais.

2.2 DESAVENÇAS SOBRE A NATUREZA MORAL DO PODER

Está claro, que em certo ponto, os dois autores reconhecem que a ciência política e a política internacional envolvem a dinâmica do poder e, de alguma forma, elementos de ética, moralidade ou propósito, o que Carr (2001) chama de "utopianismo" e Morgenthau (2003) também associa à moralidade. Porém, expressa uma preocupação, quanto a perspectiva de Carr sobre onde reside a fonte dessa moralidade e qual a sua natureza.

Em seu texto "*The Political Science Of E. H. Carr*" (1948), Morgenthau argumenta que a obra de Carr, apesar de brilhante na crítica ao pensamento idealista ocidental, é um "fracasso monumental" em seu objetivo de criar uma nova síntese entre realismo e utopianismo, teoria e prática, ética e política. A razão fundamental para esse fracasso, é filosófica. Carr, de acordo com Morgenthau, tem uma noção vaga do que é moralidade e equipara utopia, teoria e moralidade de forma filosoficamente insustentável. Isso o leva a uma "concepção relativista, instrumentalista da moralidade" (MORGENTHAU, 1948, p. 134)

A grande discordância, portanto, é que Carr não possui um ponto de vista transcendente para avaliar o fenômeno do poder. Sem um padrão ético que esteja *acima* ou *além* do próprio poder e dos interesses particulares, acaba por se tornar um "utópico do poder" (Morgenthau, 1948).

Isso significa que, para Carr, aquele que detém uma aparente superioridade de poder "se torna por necessidade o repositório de uma moralidade superior também"

(MORGENTHAU, 1948, p. 134). Nesse caso se vê o poder corrompendo não apenas o ator político, mas também o observador, nesse caso, o próprio Carr, que não está fortalecido por um padrão ético transcendente.

A busca de uma moralidade ou propósito para dar significado ao poder, Morgenthau acredita que a abordagem de Carr falha porque sua moralidade é definida e moldada pelo próprio poder que ele observa, em vez de ser um padrão independente capaz de julgar e limitar esse poder. A discordância central é sobre se a moralidade é um padrão absoluto e externo ao poder ou se ela é uma ferramenta ou reflexo das realidades do poder e dos interesses.

Em consequência, Morgenthau (1949) entende que Carr, filosoficamente tão mal equipado, não possui um ponto de vista transcendente a partir do qual possa avaliar o fenômeno do poder. Assim, o "moralista político se transforma em um utópico do poder"(MORGENTHAU, 1948, p. 134). O autor da resenha critica duramente essa posição, afirmando que quem detém a aparente superioridade de poder torna-se, por necessidade, o repositório da moralidade superior também. Conclui-se que o poder, dessa forma, corrompe não apenas o ator político, mas também o observador que não está fortificado por um padrão ético transcendente. O autor compara Carr a um Machiavelli sem virtù, o que considera desastroso.

A visualização sobre Carr, em sua tentativa de sintetizar realismo e utopismo e encontrar um lugar para a moralidade no pensamento político, acaba, na perspectiva de Morgenthau, caindo em uma espécie de adoração ao poder, desprovida de um fundamento moral sólido e transcendente, vendo a moralidade como algo secundário e instrumentalizado pelo poder em diferentes contextos.

2.3 NATUREZA HUMANA E A LUTA INERENTE PELO PODER

A perspectiva realista na política internacional, baseia-se na ideia de que os problemas fundamentais da política não são meros acidentes históricos ou falhas institucionais corrigíveis por reformas, mas sim derivam da própria essência da natureza humana. Essa dualidade entre uma visão de problemas solucionáveis e uma visão de problemas mitigáveis é o cerne do debate para Morgenthau.

Não é possível acreditar que a disputa de poder, no campo da política internacional, seja um acidente histórico, tampouco o resultado de configurações sociais, constitucionais, legais ou econômicas passageiras. Pelo contrário, ela é parte integrante da própria natureza humana (Morgenthau, 2003). Isso define as próprias leis dos homens:

“O realismo político acredita que a política, como aliás a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana. Para estar em condições de uma teoria realista da política internacional melhorar a sociedade, é necessário entender previamente as leis pelas quais a sociedade se governa. Uma vez que a operação dessas leis independe, absolutamente, de nossas preferências, quaisquer homens que tentem desafiar-las terão de incorrer no risco de fracasso.” (MORGENTHAU, 2003, p. 4)

As aspirações por poder são inatas na natureza humana, e é inútil procurar um dispositivo mecânico para eliminá-las. A abordagem plausível se constrói, no momento em que a compreensão dos problemas políticos reside em aceitar o caráter perene dessas aspirações, buscando conviver com elas, direcioná-las para canais socialmente valiosos e benéficos, e civilizá-las (Morgenthau, 2003). Ao passo que esse seja o máximo que o ser humano pode fazer com essa herança psicológica e social da qual não pode escapar.

A crítica sobre a visão utópica, predominante desde o início do século XX, especialmente em países anglo-americanos, que atribui a "política de poder" a fatores como o governo aristocrático, a ausência de democracia, como defendido por Woodrow Wilson, a falta de livre comércio, como acreditado por Richard Cobden², ou a deficiência de leis e organizações internacionais. Essa abordagem utópica, que sempre reaparece numa nova roupagem, assume erroneamente que a superação de um perigo específico — como o Stalinismo ou o Bolchevismo — eliminaria os problemas subjacentes da política internacional. Historicamente, sempre que um perigo é superado, outro surge, e a essência do problema russo, por exemplo, não estaria ligada a líderes específicos, mas à própria configuração de poder (Morgenthau, 2003).

Partindo da premissa de que a política internacional é, por necessidade, uma luta pelo poder, o equilíbrio de poder pode ser descrito como a própria essência da política externa, comparável à lei da gravidade na natureza (Morgenthau, 2003). Não se trata de uma invenção

² Richard Cobden (1804–1865) foi um político e economista britânico, defensor do livre-comércio e do pacifismo. Ficou conhecido por seu papel na Liga Anti-Corn Law e por advogar uma política externa não intervencionista, baseada no comércio como instrumento de paz.

de diplomatas, mas sim do resultado inevitável da coexistência de múltiplas nações que competem pelo poder e buscam manter sua autonomia. A crítica às deficiências do equilíbrio de poder, embora válidas, é considerada inútil se não houver uma alternativa viável para substituí-lo. Enquanto houver uma multiplicidade de nações autônomas competindo por poder, não há substituto para o equilíbrio de poder. Isso se contrapõe a visões como a de Woodrow Wilson, que buscava livrar-se do equilíbrio de poder (Morgenthau, 2003).

A discussão sobre o equilíbrio de poder se estende a outras ilusões utópicas, como a de que o desenvolvimento econômico, em relação à ajuda externa, ou o desarmamento levariam à paz. A ajuda externa, segundo a visão idealista, levaria a um aumento do padrão de vida, que por sua vez levaria à democracia e à políticas externas pacíficas. Contudo, contrapõe que às áreas mais desenvolvidas do mundo são as que mais ameaçam à paz, não as subdesenvolvidas (Morgenthau, 2003). O desarmamento, por sua vez, é visto como um "sintoma" dos problemas políticos não resolvidos, e não sua causa. Um acordo de desarmamento, na ausência de resolução de problemas políticos, apenas mudaria a tecnologia da guerra, não eliminaria sua incidência. Da mesma forma, a crença na superioridade política e moral das Nações Unidas é refutada; a ONU é vista como uma extensão dos processos diplomáticos tradicionais, meramente outro fórum onde a luta pelo poder é travada (Morgenthau, 2003).

Há uma forte tendência, especialmente em democracias (particularmente as anglo-saxãs), de identificar as posições de nações antagônicas com posições morais simples e claras, vendo a cena internacional como uma luta entre o bem e o mal, entre virtude e vício (Morgenthau, 2003). Essa concepção simplificada, "preto-e-branco", pressupõe que o triunfo da virtude está, de alguma forma, assegurado pela própria natureza do processo histórico.

Sob o impacto dessa interpretação de conflito internacional como essencialmente moral, a política externa tende a se transformar em uma cruzada. Nesse contexto, não há espaço para os métodos tradicionais de política externa, como as negociações diplomáticas, que buscam acomodação, compromisso e barganha. Concessões ou recuos são vistos como traição aos princípios morais da nação. A Guerra Fria traz o exemplo dessa degeneração da política externa, onde a diplomacia realista perde seu papel decisivo, e o conflito se torna uma luta entre princípios morais absolutos (Morgenthau, 2003).

Para evitar uma catástrofe universal, como a guerra atômica, o autor defende a restauração dos conceitos tradicionais e realistas de política externa (Morgenthau, 2003). Isso implica uma política que lida com o negócio mundano de acomodar interesses divergentes, definir interesses aparentemente incompatíveis e, então, redefini-los até que se tornem compatíveis. É nesse retorno à pragmática e flexível diplomacia que reside a esperança para a paz e a própria existência do mundo.

2.4 A BALANÇA DE PODER EM MORGENTHAU: FUNDAMENTOS E EXPLICAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA

Embora alvo de críticas e ceticismo histórico nos Estados Unidos, a balança de poder moldou, de forma profunda e consistente, a política externa norte-americana. Morgenthau (1968) argumenta que a ideia de que uma nação pode optar entre adotar uma política baseada no equilíbrio de poder ou uma alternativa moralmente e politicamente superior representa um equívoco recorrente, notadamente presente na tradição diplomática dos Estados Unidos.

Historicamente, essa ambivalência pode ser observada em declarações como as do presidente Woodrow Wilson durante a Primeira Guerra Mundial, quando afirmou que os Estados Unidos não buscavam instaurar uma nova balança de poder, mas superá-la, por meio de um condomínio de poder que eliminasse os riscos da política de poder. De forma semelhante, durante e após a Segunda Guerra Mundial, líderes como o Secretário de Estado Cordell Hull³ e o presidente Franklin D. Roosevelt depositaram esperanças nas Nações Unidas como substituto das dinâmicas tradicionais de poder, acreditando na superação definitiva das disputas interestatais armadas (Morgenthau, 1968).

No entanto, é considerado essa concepção ilusória. Para o autor, não há alternativa à balança de poder — ignorá-la é tão perigosa quanto ignorar a lei da gravidade. Qualquer política externa que não se baseie no equilíbrio de poder será, segundo ele, irracional e incompetente (Morgenthau, 1968). Ainda que retoricamente contrária à política de poder, a diplomacia norte-americana, na prática, operou segundo os princípios do equilíbrio interestatal. Tal padrão pode ser identificado em diversos momentos históricos para Morgenthau.

³ Cordell Hull (1871–1955) foi secretário de Estado dos Estados Unidos entre 1933 e 1944, durante o governo de Franklin D. Roosevelt. Defensor do multilateralismo e do livre-comércio, é considerado um dos principais idealizadores da criação da ONU, motivo pelo qual recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1945.

Os fundadores dos Estados Unidos estavam cientes de que a sobrevivência da jovem república dependia das rivalidades entre as potências europeias. Mesmo figuras como Thomas Jefferson, contrárias à balança de poder em termos teóricos, atuaram pragmaticamente para apoiar o lado enfraquecido nas Guerras Napoleônicas, com o objetivo de preservar o equilíbrio europeu e, com isso, a segurança dos Estados Unidos (Morgenthau, 1968).

Durante o que se convencionou chamar de fase isolacionista da política externa norte-americana, os EUA continuaram a se posicionar a favor do equilíbrio europeu, demonstrando que, mesmo ausente de alianças formais, o país não era indiferente às correlações de força no continente europeu.

A entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, em 1917, deveu-se menos a ataques a navios mercantes e mais à percepção de que uma vitória alemã resultaria em hegemonia continental, rompendo com o equilíbrio de poder e ameaçando diretamente a segurança norte-americana (Morgenthau, 1968). A mesma lógica guiou a postura dos EUA desde o início da Segunda Guerra Mundial, quando o país apoiou abertamente os Aliados contra a Alemanha nazista, não por afinidade ideológica, mas pela necessidade de preservar o equilíbrio europeu.

O lançamento da política de contenção à União Soviética foi, novamente, uma manifestação da doutrina da balança de poder. A URSS era percebida como uma ameaça ao equilíbrio europeu, exigindo uma resposta estratégica.

No mundo asiático, a lógica do equilíbrio também se manifestou de modo recorrente:

Embora motivada inicialmente por interesses comerciais, essa política assumiu dimensões políticas e estratégicas. Os estadistas norte-americanos temiam que qualquer potência que anexasse o potencial chinês ao seu aparato bélico se tornasse dominante na Ásia, desafiando os interesses vitais dos EUA (Morgenthau, 1968).

O presidente Theodore Roosevelt buscou conter a ascensão do Japão ao mediar a paz e apoiar a Rússia, evitando que uma potência hegemônica se consolidasse no Extremo Oriente (Morgenthau, 1968). Esse acordo foi uma tentativa bem-sucedida de limitar o poder naval japonês, preservando o equilíbrio regional.

A resistência dos EUA à conquista da China pelo Japão nos anos 1930, culminando na entrada na Segunda Guerra Mundial após Pearl Harbor, reflete, mais uma vez, a racionalidade estratégica pautada na contenção de uma potência ascendente.

Após a derrota do Japão, os Estados Unidos tentaram fortalecer a China como contrapeso regional. Posteriormente, com a transformação da China em adversária, os EUA passaram a reabilitar o Japão como aliado estratégico. Em ambos os casos, a constância da lógica de contenção de hegemonias regionais é evidente.

Mesmo com a introdução das armas nucleares, a balança de poder continuou a operar, embora com características inéditas. A dissuasão nuclear entre Estados Unidos e União Soviética representa uma forma elementar de equilíbrio, baseada na ameaça de destruição mútua (Morgenthau, 1968). Esse modelo evitou confrontos diretos entre as superpotências por décadas. Paralelamente, às práticas tradicionais — como alianças e corridas armamentistas — mantiveram-se em funcionamento abaixo do limiar nuclear.

Além disso, potências nucleares menores tendem a se alinhar a grandes potências, o que pode forçar estas a agir contra sua vontade. Um exemplo é o temor britânico, expresso no White Paper de 1964, de que o uso de armas nucleares por meios não convencionais (como navios ou submarinos) tornasse difícil atribuir responsabilidades e pressionar aliados a retaliar (Morgenthau, 1968).

Diferentemente do passado, em que a guerra testava o equilíbrio de poder, o cenário nuclear inviabiliza esse mecanismo. Não há margem para erro: um equívoco nos cálculos estratégicos resultaria em destruição irreparável. Assim, a balança de poder nuclear opera exclusivamente pela dissuasão.

Essa nova realidade também levanta dúvidas sobre a eficácia do sistema internacional de Estados soberanos. Morgenthau (1968) sugere que a combinação entre poder nuclear, globalização e interdependência tornou o Estado-nação obsoleto como forma de garantir paz e estabilidade. Apenas grandes potências continentais — como EUA e URSS — mantêm relativa viabilidade. Pequenos Estados europeus, com elevada densidade demográfica e industrial, são vulneráveis à destruição total, como ilustra a observação de que poucas bombas seriam suficientes para aniquilar as Ilhas Britânicas.

Diante desse cenário, Morgenthau (1968) propõe uma transformação profunda: substituir o sistema de Estados soberanos por um governo mundial capaz de assegurar a paz global, como os governos nacionais garantem a ordem interna. Para tanto, seria necessária uma reconfiguração radical das lealdades políticas e da consciência coletiva. Ainda que utópica, essa proposta é considerada por Morgenthau a única alternativa racional à ameaça existencial representada pela proliferação nuclear.

Em conclusão, a balança de poder permanece um princípio essencial da política internacional. Mesmo em um governo mundial, se este for democrático e não totalitário, a dinâmica de contrapesos continuaria a operar entre as diferentes unidades sociais. Assim, para Morgenthau, a balança de poder é tão indispensável para a política internacional quanto a lei da gravidade é para a física.

3 KISSINGER: O PRAGMATISMO REALISTA E A CONDUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

A perspectiva da política internacional a partir do realismo, encontrou em Henry Kissinger não apenas um pensador influente, mas também um agente diplomático diretamente envolvido na formulação das estratégias externas dos Estados Unidos em um dos períodos mais delicados da ordem mundial. Diferentemente de Hans J. Morgenthau, cuja contribuição se dá majoritariamente no plano teórico, Kissinger representa a tradução do realismo em prática de Estado, articulando pensamento histórico, pragmatismo estratégico e ação direta na arena internacional.

Sua compreensão do poder está ancorada em uma leitura histórica e contextualizada das relações internacionais. Talvez como o cerne conceitual da sua *realpolitik*, definida como “política externa baseada em cálculos de poder e nos interesses nacionais” (KISSINGER, 2012, p. 117). O poder, longe de ser concebido como simples imposição de força, é entendido como um instrumento para garantir a previsibilidade e a estabilidade no sistema internacional. Tal perspectiva atribui centralidade à ordem, que, para se sustentar, exige uma distribuição de forças compatível com a realidade das potências em jogo, bem como a existência de regras tácitas que limitem a ambição dos Estados. A moral, embora presente, é submetida às exigências da sobrevivência dos Estados e da estabilidade sistêmica. A partir de Kissinger, entende-se que princípios éticos desvinculados das circunstâncias históricas correm o risco de provocar desordem, ao invés de preveni-la. A diplomacia eficaz exige, portanto, o reconhecimento dos limites impostos pelas condições materiais e políticas do momento.

O arcabouço argumentativo, possui uma tendência de ser respaldado historicamente, visto que Kissinger procura na existência da civilização um entendimento sobre os momentos em que o equilíbrio entre potências de certos períodos. Ele assume que para grande parte da humanidade e períodos mais longos da história, o modelo imperial foi a forma normativa de governo (Kissinger, 2012). Exemplos como as cidades estados da Grécia antiga, Itália renascentista, além dos tratados da paz de Vestfália de 1648⁴, são expostos em suas obras.

⁴ A Paz de Vestfália, assinada em 1648, pôs fim à Guerra dos Trinta Anos e é considerada o marco inicial do sistema internacional moderno baseado na soberania dos Estados.

Sua dedicação à política externa dos Estados Unidos foi concebida como instrumento de manutenção da ordem internacional, orientada por uma lógica de contenção, negociação e equilíbrio de poder. Em vez de adotar posturas messiânicas ou moralizantes, a atuação norte-americana buscou, e ainda busca, a estabilidade global por meio da prudência, da previsibilidade e da diplomacia estratégica, como legado do ex-Secretário de Estado. Seu pensamento revela um esforço contínuo por harmonizar valores e interesses sob o imperativo da ordem, concebida como o objetivo maior da política internacional.

Apesar de ambos serem identificados com a tradição realista nas relações internacionais, Hans J. Morgenthau e Henry Kissinger apresentam distinções significativas quanto à forma como concebem a relação entre poder, moralidade e política externa. Morgenthau, profundamente influenciado pelo pensamento europeu de matriz weberiana e pela filosofia política clássica, encara o conflito entre moral e política como um dilema trágico e inerente à condição humana, como exposto no capítulo anterior, a natureza de conquista se torna um dos seus principais objetos de estudo (Kissinger, 2015). Para ele, a moralidade deve ser reconhecida, mas jamais idealizada, e a política responsável exige a constante ponderação entre princípios éticos e a lógica da sobrevivência estatal. Embora também reconheça os limites da ação moral em um sistema internacional anárquico, adota uma abordagem mais pragmática e operacional: a moral é valorizada apenas na medida em que contribui para a manutenção da ordem e da estabilidade (Kissinger, 2015). Enquanto, Morgenthau propõe uma reflexão ética constante diante dos dilemas do poder, Kissinger privilegia os resultados estratégicos e o equilíbrio entre potências como fundamento para a paz duradoura. Tanto Morgenthau quanto Kissinger rejeitam o idealismo ingênuo e o moralismo intervencionista, mas divergem na ênfase atribuída à moralidade: Morgenthau a encara como um limite trágico, Kissinger como uma variável subordinada à razão de Estado.

3.1 O REALISMO HISTÓRICO E A CONCEPÇÃO DE PODER

A análise do pensamento de Henry Kissinger, conforme apresentado nos excertos de "*Ordem Mundial*" (2015), revela uma profunda ancoragem no realismo histórico, distinguindo-o de abordagens que buscam impor verdades universais ou sistemas normativos pré-determinados. Para Kissinger (2012), a ordem internacional não é construída sobre ideais abstratos, mas sim a partir da compreensão das realidades de poder, das particularidades culturais e históricas de cada sociedade e da necessidade constante de calibração entre força e legitimidade.

A política internacional com uma perspectiva que valoriza a experiência acumulada e a natureza multifacetada do poder. Ele enxerga a ordem como algo que precisa ser cultivado e mantido através de um equilíbrio dinâmico e não imposto. Isso contrasta fortemente com o idealismo de Woodrow Wilson, por exemplo, que buscava tornar o mundo seguro para a democracia através da disseminação de princípios universais e da crença na bondade inerente da humanidade, ignorando os cálculos de poder ou a diversidade de interesses nacionais. Isso mostra que para Kissinger “A tragédia do wilsonianismo é que legou à potência mais importante do século XX uma doutrina de política externa de princípios elevados, porém desvinculada de um sentido de história ou geopolítica” (KISSINGER, 2015, p.185).

A concepção de poder de Kissinger é estratégica e pragmática. Ele a vê como um fator supremo nas relações internacionais, que exige uma estimativa correta dos componentes do poder. Essa visão ecoa a de Theodore Roosevelt, que, diferentemente de outros presidentes americanos, compreendia que o poder e os interesses eram cruciais e que a paz dependia do "sucesso geopolítico dos países liberais ao buscarem realizar seus interesses e manter a credibilidade de suas ameaças"(KISSINGER, 2015, p.175). Ambos Roosevelt e Kissinger rejeitavam a ideia de que a neutralidade ou intenções pacíficas seriam suficientes para garantir a paz sem a disposição de usar a força quando necessário.

Kissinger (2015) argumenta que o poder não é estático, mas está em fluxo constante e, portanto, o equilíbrio precisa ser recalibrado de tempos em tempos. Isso implica uma abordagem flexível e não dogmática à política externa, onde o "bom senso" e a "capacidade de antevisão" são cruciais para adaptar-se às realidades em constante mudança.

Os exemplos históricos no texto ilustram como Kissinger compreende a intrínseca relação entre poder e estabilidade:

A Paz de Vestfália (século XVII): Foi um "marco do advento de um novo conceito de ordem internacional"(KISSINGER, 2015, p. 26). A paz vestfaliana baseou-se num sistema de Estados independentes que renunciaram à interferência nos assuntos internos uns dos outros e limitaram suas ambições através de um equilíbrio geral de poder. Reconheceu a multiplicidade de Estados como ponto de partida, unindo uma variedade de sociedades em uma busca comum por ordem. Kissinger enfatiza que esta paz “refletiu uma acomodação de ordem prática à realidade, não um insight moral excepcional”(KISSINGER, 2015, p. 13), e

que os conceitos de *raison d'État* e interesse nacional surgiram não como exaltação do poder, mas como tentativa de racionalizar e limitar seu uso. A Inglaterra, como fiel da balança, agia para impedir que qualquer país alcançasse hegemonia, demonstrando o papel vital do equilíbrio na manutenção da paz (Kissinger, 2015).

O Congresso de Viena (1814-1815): Este foi o mais próximo que a Europa chegou de um governo universal desde Carlos Magno (Kissinger, 2015), e produziu um "extraordinário equilíbrio entre legitimidade e poder" (KISSINGER, 2015, p. 50). Após as Guerras Napoleônicas, que a balança de poder tradicional não conseguiu conter, os negociadores de Viena tiveram que reconstruir a ordem a partir dos escombros. A rápida reincorporação da França ao concerto europeu, ao contrário do Tratado de Versalhes, é vista como um exemplo de como a sabedoria em relação à paz frustrou as ambições francesas. A Quádrupla Aliança, embora não idealizada, desarma desafios ao equilíbrio territorial. Kissinger ressalta que "a vitalidade de uma ordem internacional se reflete no equilíbrio que se estabelece entre legitimidade e força e na ênfase relativa dada a cada uma delas" (KISSINGER, 2015, p. 53). O sucesso do Congresso de Viena reside no fato de que ele garantiu que as mudanças ocorressem como um processo de evolução, e não por confronto, ao gerenciar adequadamente a balança entre força e legitimidade. O fim desse equilíbrio na segunda metade do século XIX, com o deslocamento da ênfase para o poder e a ascensão do nacionalismo (especialmente a unificação alemã por Bismarck, que alterou fundamentalmente o equilíbrio central europeu), é apontado como a causa da Primeira Guerra Mundial. Bismarck, com sua visão de que a política é arte do possível, a ciência do relativo (Kissinger, 2015), manipulou alianças complexas para manter o equilíbrio, mas seu sistema era frágil e não foi sustentado por seus sucessores.

3.2 A EXPERIÊNCIA DE KISSINGER E A COMPREENSÃO ESTRATÉGICA DO PODER

A experiência prática de Kissinger como Conselheiro de Segurança Nacional e Secretário de Estado sob Richard Nixon moldou profundamente sua compreensão do poder como algo estratégico e pragmático. Sua política externa, juntamente com Nixon, visava a criação de uma ordem multipolar com "cinco grandes centros de poder político e econômico" (Estados Unidos, Europa, União Soviética, China e Japão), onde cada um "contrabalança o outro, e não jogaria um contra o outro, num equilíbrio constante".

Um exemplo notável de sua abordagem estratégica é a abertura à China em 1971. Kissinger e Nixon, apesar de anticomunistas, transcenderam a "exigência de pureza ideológica" e priorizaram os "imperativos do equilíbrio geopolítico". O objetivo era isolar gradualmente a União Soviética ou levá-la a melhorar suas relações com os Estados Unidos, eliminando o "fantasma" da cooperação sino-soviética em busca de hegemonia mundial.

Kissinger defende que a política externa deve ser baseada em um "conceito estratégico de longo prazo" e na "análise cuidadosa de todos os fatores relevantes". Ele reconhece que os Estados Unidos, embora dotados de aspirações morais universais, não podem confiar inteiramente na "boa vontade dos outros" e devem estar dispostos a demonstrar força e credibilidade para garantir a paz. A capacidade de casar "propósito e possibilidade", ou seja, de alinhar os objetivos ideais com o que é realisticamente alcançável, é uma lição fundamental de sua experiência. Isso implica uma análise "não sentimental" das realidades culturais e geopolíticas, e uma avaliação da "dedicação e dos recursos dos adversários".

A dualidade entre idealismo e realismo, ou "poder e princípios", é um tema recorrente na política externa americana, e Kissinger a via como uma ambivalência que precisava ser resolvida para a eficácia da política externa. Para ele, o estadista deve buscar um "equilíbrio sutil entre moderação, força e legitimidade". O desafio na era contemporânea é que a ausência de um consenso sobre esses princípios, às rápidas mudanças tecnológicas e à natureza da comunicação instantânea podem levar à "políticas com foco bem delimitado e que sejam de curto prazo", distorcendo a política externa e transformando a diplomacia em "gestos voltados para insuflar paixões", ameaçando o equilíbrio.

Em suma, Kissinger, através de seu realismo histórico, enfatiza que a ordem mundial é um empreendimento contínuo de adaptação e equilíbrio, onde o poder é uma realidade inescapável, mas que deve ser gerenciado com sabedoria, pragmatismo e uma profunda compreensão das diversas histórias e culturas para alcançar a estabilidade e a paz.

3.3 RELAÇÃO INTRÍNSECA ENTRE A ORGANIZAÇÃO INTERNA DE UM ESTADO E A POLÍTICA EXTERNA: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS DE LIDERANÇA

Henry A. Kissinger, em "*Domestic Structure and Foreign Policy*" (1966), apresenta uma análise crítica e profunda da relação intrínseca entre a organização interna de um Estado e a condução de sua política externa, desafiando a concepção tradicional de que a política

externa começa onde a interna termina. Embora essa abordagem tradicional possa ser adequada para períodos de estabilidade em que as unidades políticas compartilham noções semelhantes de regras do jogo e de razoabilidade (Kissinger, 1966), a realidade se torna muito mais complexa e desafiadora quando as estruturas domésticas se baseiam em concepções fundamentalmente diferentes do que é justo ou legítimo. Nessas circunstâncias, a política externa não só é dificultada pela incapacidade de entender o ponto de vista do outro, mas a própria estrutura doméstica pode se tornar um dos principais pontos de discórdia nas relações internacionais (Kissinger, 1966).

Kissinger (1966) detalha como a estrutura doméstica afeta a política externa de diversas maneiras cruciais. Primeiramente, ela determina a quantidade de esforço social total que pode ser dedicada, como visto na capacidade limitada dos governantes feudais em comparação com a mobilização em massa da Revolução Francesa ou os regimes ideológicos do século XX. Além disso, a estrutura doméstica influencia de forma decisiva a interpretação das ações de outros Estados e a elaboração de objetivos positivos. O aspecto mais desafiador da política externa, o elemento conjuntural – a necessidade de basear ações em avaliações que não podem ser provadas como verdadeiras no momento – torna-se particularmente crítico em períodos revolucionários, onde diferentes estruturas domésticas podem levar a avaliações conflitantes e critérios divergentes para a resolução de problemas.

A análise se aprofunda no impacto da estrutura administrativa na política externa, especialmente nas sociedades modernas. Ele observa que a institucionalização da tomada de decisões é um subproduto inevitável dos riscos da era nuclear e da busca por planejamento e objetividade. No entanto, essa busca por eficiência burocrática pode levar à rigidez e à perda de flexibilidade nas relações internacionais (Kissinger, 1966). A burocracia, projetada para lidar com problemas rotineiros, pode se tornar um obstáculo quando os problemas mais significativos não se encaixam em seus procedimentos padronizados. Isso resulta em uma situação onde a energia dos líderes é absorvida em conciliar expectativas com a realidade, e a máquina administrativa se torna mais importante do que a definição de propósito. A busca pela objetividade pode levar a uma confusão entre meios e fins, elevando um padrão médio de desempenho ao invés de focar na inovação e na escolha, que são o verdadeiro teste do estadista. Uma vez que uma política é formulada por esse aparato decisório complexo, torna-se extremamente difícil alterá-la, pois implicaria repetir todo o doloroso processo de chegar a uma decisão. A reputação dos líderes, e até mesmo sua sobrevivência política, muitas

vezes depende da realização de metas de curto prazo ditadas pela burocracia, levando a uma democracia administrativa onde as decisões refletem um consenso alcançável da equipe, ao invés de convicções substantivas (Kissinger, 1966). Isso é particularmente verdadeiro em estados comunistas altamente institucionalizados, como a URSS. A complexidade do aparato administrativo leva a que os tomadores de decisão se tornem prisioneiros de seus assessores, com a pesquisa muitas vezes servindo para ganhar tempo ou aliviar consciências, ao invés de impulsionar a ação.

Kissinger também explora a influência da experiência formativa dos grupos de liderança, identificando três tipos contemporâneos:

Liderança Burocrático-Pragmática (exemplo: a elite americana): Caracteriza-se por uma abordagem *ad hoc*, pragmática e mecânica à política. Há uma tendência a esperar os acontecimentos, segmentar problemas em elementos técnicos, e uma menor preocupação com as inter-relações e intangíveis. Essa abordagem é reforçada pelas qualidades de profissões como o direito e os negócios, que tendem a lidar com casos concretos e a resolver problemas à medida que surgem, por meio de processos contraditórios e negociação interna. Isso leva a uma baixa valorização dos fatores históricos e a uma inclinação a tratar as nações como fenômenos semelhantes, resultando em uma diplomacia americana que alterna entre rigidez e flexibilidade.

Liderança Ideológica (exemplo: Comunismo institucionalizado como na URSS): Embora o fervor ideológico inicial possa diminuir, a ideologia continua a fornecer critérios para a resolução de disputas e uma estrutura para interpretar a realidade. A crença na predominância de fatores "objetivos" (estrutura social, processo econômico, luta de classes) sobre as convicções pessoais dos estadistas leva a uma busca por "segurança absoluta", que paradoxalmente significa insegurança para os outros. Isso torna as negociações com estados comunistas difíceis, pois a barganha é vista como uma "superestrutura" irrelevante para os fatores "objetivos" subjacentes. As experiências pessoais dos líderes comunistas, marcadas por lutas internas por poder, reforçam a desconfiança em relação ao mundo exterior.

Liderança Carismático-Revolucionária (exemplo: líderes de novas nações): Estes líderes são impulsionados por uma visão do futuro que desejam construir, em vez de se concentrarem na manipulação do ambiente existente. Para eles, o progresso econômico,

embora não seja indesejado, oferece um escopo limitado para suas ambições, que contrastam com a natureza heróica de sua luta pela independência. O avanço econômico pode, na verdade, aumentar a instabilidade doméstica, incentivando esses líderes a adotar uma política externa dramática – frequentemente antiocidental – para restabelecer a legitimidade de seu governo e promover a coesão interna. A rivalidade das superpotências, ao tornar a assistência econômica provável independentemente das ações, mitiga os riscos de uma política externa aventureira.

Kissinger (1966) conclui que essas diferenças nas estruturas domésticas representam um desafio sem precedentes para a emergência de uma ordem internacional estável. A ocidentalização via tecnologia e formas políticas não garante uma concepção compartilhada da realidade, pois o significado atribuído a elas varia. Ele contrasta duas perspectivas filosóficas na política externa: a do estadista e a do profeta. O estadista, cético em relação à natureza humana, manipula a realidade, busca a sobrevivência e valoriza o gradualismo e a estabilidade. O profeta, por outro lado, busca criar a realidade, está preocupado com o certo, acredita em soluções totais e na perfectibilidade do homem e pode ser mais intolerante. O encontro entre essas duas abordagens é frequentemente inconclusivo e frustrante. Kissinger (1966) observa que o mundo ocidental, com sua crença em uma realidade externa e na classificação de dados, difere de muitas novas culturas que mantêm uma visão pré-Newtoniana de que a realidade é quase inteiramente interna ao observador, o que lhes confere flexibilidade na manipulação da percepção.

O grande dilema do tempo contemporâneo, é a necessidade de construir uma ordem internacional conscientemente, sem esperar que uma crise a imponha como necessidade (Kissinger, 1966). Isso exige uma mudança de atitudes e a capacidade de fazer as perguntas certas, superando o empirismo excessivo e o dogmatismo das fases revolucionárias iniciais. A perspectiva é crucial para que o presente não ofusque o futuro.

3.4 MORALIDADE E PRAGMATISMO NA POLÍTICA EXTERNA

Kissinger frequentemente defende que, para ser eficaz na política externa, a moralidade precisa estar ancorada na realidade do poder e nas circunstâncias geopolíticas (Kissinger, 2015). Ele argumenta que uma abordagem puramente idealista, desvinculada do senso de história ou geopolítica, pode levar a doutrinas de princípios elevados, porém desvinculados (Kissinger, 2015). Negligenciar o presente ao ignorar o elemento de segurança

pode resultar em uma catástrofe imediata. A sabedoria na política externa envolve um equilíbrio entre realismo e idealismo, elementos que muitas vezes são apresentados como opostos, mas que, na verdade, devem ser compreendidos como interdependentes.

Richard Nixon foi descrito como um líder que sistematicamente e analiticamente redefiniu a política externa internacional em termos de um conceito global (Kissinger, 2015). Ele acreditava em um mundo onde os Estados Unidos, Europa, União Soviética, China e Japão se contrabalançassem mutuamente, "não jogando um contra o outro, num equilíbrio constante"(KISSINGER, 2015, p. 205). Para Nixon, a paz exigia a força dos Estados Unidos e uma comprovada disposição de agir globalmente. A tentativa de Nixon de tornar o idealismo americano mais prático e expandir o pragmatismo foi atacada por idealistas e conservadores, que não percebiam sua defesa tenaz nas áreas da periferia soviética ou sua coragem em lidar com crises (Kissinger, 2015).

A análise de Kissinger (2015) se estende às diferentes concepções de ordem em outras civilizações, como a China e o Islã, que tradicionalmente concebiam a realidade como interna ao observador, definida por convicções psicológicas, filosóficas ou religiosas. A China, por milênios, operou sob uma hierarquia universal, não um equilíbrio de Estados soberanos, onde a diplomacia era uma cerimônia para reafirmar a superioridade chinesa. O Islã, por sua vez, dividia o mundo em "dar al-Islam" (mundo da paz) e "dar al-harb" (mundo da guerra), com a *jihã* como um dever de expandir a fé. Para correntes mais radicais do islamismo, o Estado-nação vestfaliano é ilegítimo, e a não interferência é rejeitada em favor da "pureza, não estabilidade". Essa diversidade cultural e histórica torna complexa a aplicação universal de um único conjunto de princípios morais (Kissinger, 2015).

Em suma, Kissinger, embora frequentemente visto como um defensor do pragmatismo sem escrúpulos, argumenta que o verdadeiro desafio do estadista é encontrar o ponto de equilíbrio entre poder e legitimidade. Cálculos de poder sem uma dimensão moral levariam a demonstrações de força insustentáveis, enquanto preceitos morais que ignoram o equilíbrio podem se tornar cruzadas ou políticas tentadoras que resultam em desafios impotentes. Para ele, o idealismo americano, com suas aspirações profundas voltadas ao aprimoramento humano, é uma característica especial e honrosa, mas para ser eficaz, precisa estar casado com uma análise não sentimental dos fatores subjacentes, incluindo a cultura, a geopolítica e a dedicação dos adversários.

3.5 A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA SOB A ÓTICA KISSINGERIANA

A política externa norte-americana, sob a ótica kissingeriana, é fundamentalmente enraizada na *realpolitik*, distanciando-se de um papel exclusivamente missionário e ideológico dos Estados Unidos para abraçar o de gestor da ordem mundial (Kissinger, 2011). Henry Kissinger via o excepcionalismo americano não como uma obrigação de disseminar valores universalmente, mas como a tarefa de gerenciar e moldar uma ordem internacional estável, especialmente em um mundo nuclear (Kissinger, 2015). Sua abordagem era pragmática, buscando uma visão de paz que transcende o sofrimento da Guerra Fria e reconhecesse que a imposição de valores poderia ser contraproducente, em particular com civilizações de tradições milenares como a China (Kissinger, 2011). A premissa central não era converter, mas sim cooperar para ensejar um mundo pacífico, priorizando a estabilidade de longo prazo sobre a disseminação de ideologias em contextos culturais distintos.

A lógica da *realpolitik* guiou a diplomacia de Kissinger, valorizando o equilíbrio de poder e a estabilidade. Ele compreendia que "diferentes histórias e culturas produzem conclusões ocasionalmente divergentes" (KISSINGER, 2011, p. 5).

Ao analisar o triângulo EUA-URSS-China, Kissinger (2012) aplicou o princípio de Otto von Bismarck de que, em um cenário de três potências, é desejável fazer parte de um grupo de dois. A China de Mao Zedong soube explorar as hostilidades sobrepostas entre as superpotências nucleares, criando um santuário diplomático para si (Kissinger, 2011). A aproximação dos EUA com a China, orquestrada por Nixon e Kissinger em 1971, foi motivada pela necessidade de redefinir a política externa americana e sua liderança internacional, sobretudo diante da União Soviética, considerada o lado mais perigoso (Kissinger, 2011). A estratégia era clara: usar a abertura à China para exercer pressão sobre Moscou, fomentando uma competição pelas boas graças de Washington e buscando "máxima flexibilidade diplomática" (KISSINGER, 2011, p. 5). Mao, por sua vez, concebeu uma linha horizontal (EUA-Japão-Paquistão-Irã-Turquia-Europa) para conter a expansão soviética, demonstrando um pensamento estratégico multipolar (Kissinger, 2011). Mesmo com a ascensão chinesa, a política dos três mundos da China e sua recusa em se prender a qualquer

grande potência reforçavam essa visão de um mundo multipolar, onde a China buscava sua autonomia.

Détente com a União Soviética: A abertura à China foi um movimento estratégico que também visava a flexibilidade nas relações com a União Soviética. Ao mesmo tempo em que preparavam a visita secreta à China, os EUA exploraram um encontro entre Nixon e Brejnev (Kissinger, 2011). A ideia era manter o diálogo com ambas as potências comunistas para ter máxima flexibilidade diplomática, usando a China para sacudir Moscou e incentivá-la a buscar o alinhamento com Washington (Kissinger, 2011).

Abertura à China: A motivação para o restabelecimento das relações com a China em 1971 era apresentar uma "visão de paz que transcendeu o sofrimento da Guerra do Vietnã e o panorama ominoso da Guerra Fria" (KISSINGER, 2011, p. 5). Nixon travou uma busca para "libertar a política americana das oscilações entre extremos de comprometimento e retraimento, e embasá-la em um conceito de interesse nacional que pudesse se manter conforme os governos sucederam uns aos outros"(KISSINGER, 2011, p. 142). O diálogo entre Kissinger, Zhou Enlai e Mao Zedong focou em uma "discussão conceitual", vista como a forma suprema de diplomacia prática para alinhar políticas externas antagônicas"(Kissinger, 2011). O Comunicado de Xangai foi habilmente formulado para permitir que cada lado reafirmasse suas convicções sem tentar convencer o outro, conciliando interesses nacionais e aceitando a sinceridade como pré-condição para a cooperação (Kissinger, 2011). A questão de Taiwan foi tratada com pragmatismo e ambiguidade, aceitando o princípio de "uma China única" enquanto se permitia o desenvolvimento de Taiwan, com ambos os lados demonstrando flexibilidade quanto ao tempo de implementação (Kissinger, 2011).

Kissinger demonstrou um ceticismo notável em relação ao intervencionismo moral e à imposição de valores democráticos, especialmente à China, em detrimento de imperativos estratégicos de longo prazo. Ele observou a ironia de líderes chineses explicando a ele o conceito de um sistema internacional baseado em Estados soberanos, onde os arranjos domésticos estavam além do escopo da política externa.

Um exemplo notório de seu ceticismo pode ser visto na crítica implícita ao idealismo de Jimmy Carter. Embora as fontes mencionam que o governo Carter priorizou a normalização com a China, ele também enfrentou o dilema de equilibrar necessidades estratégicas e

convicção moral (Kissinger, 2011). O apoio à resistência cambojana contra os invasores vietnamitas, que indiretamente beneficiava o Khmer Vermelho de Pol Pot, ilustra a primazia dos imperativos geopolíticos sobre considerações morais absolutas no contexto da *realpolitik* (Kissinger, 2011). A política externa define tanto meios quanto objetivos, e se os meios empregados "vão além da tolerância do contexto internacional ou de uma relação considerada essencial para a segurança nacional, uma escolha deve ser feita" (KISSINGER, 2011, p. 285).

No período pós-Tiananmen, com o aumento das demandas americanas por sanções e a disseminação da democracia, Kissinger e o governo Bush (do qual ele era conselheiro próximo) expressaram cautela. Bush, com sua experiência como chefe do escritório de ligação em Pequim, compreendia que os líderes chineses não se curvaram a pressões estrangeiras e que tentar alterar a estrutura doméstica de um país como a China a partir de fora tende a implicar vastas consequências imprevistas (Kissinger, 2011).

A política do governo Clinton, em seu primeiro mandato, de condicionar o status de Nação Mais Favorecida (NMF) da China a melhorias no histórico de direitos humanos, foi vista pelos líderes chineses como uma interferência em seus assuntos domésticos à maneira dos colonialistas do século XIX (Kissinger, 2011). O argumento é que "se a adoção de princípios americanos de governança é tornada a condição central para o progresso em todas as demais áreas do relacionamento, o impasse é inevitável" (KISSINGER, 2011, p. 285). Ele questionava a premissa de que a "paz duradoura que pressupõe uma comunidade de Estados democráticos", citando a Primeira Guerra Mundial, onde governos essencialmente democráticos na Europa aprovaram a guerra com entusiasmo (Kissinger, 2011).

Em essência, Kissinger defendia que o desafio nas relações EUA-China era encontrar um equilíbrio entre a afirmação dos valores americanos e a necessidade de cooperação pragmática, reconhecendo que a imposição externa poderia ser contraproducente em uma civilização com uma visão histórica tão profunda como a China. Sua visão era de uma "coevolução" onde os dois países buscassem seus imperativos domésticos, cooperando no que fosse possível e ajustando suas relações para minimizar conflitos, sem que um lado endossasse todos os valores do outro.

4 PARALELOS ENTRE MORGENTHAU E KISSINGER: TEORIA E PRÁTICA NA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA

Henry Kissinger e Hans J. Morgenthau são pilares fundamentais da escola de pensamento do realismo político nas relações internacionais. Suas abordagens, embora forjadas em diferentes contextos e com ênfases por vezes distintas, convergem em princípios essenciais que definem a natureza da política internacional, caracterizando-a como uma arena de poder, interesse e ceticismo moral. Embora de gerações e trajetórias distintas, são figuras centrais na escola do realismo nas relações internacionais, compartilhando fundamentos conceituais essenciais que moldam sua compreensão da política global (Morgenthau, 2003). Suas obras ressaltam a importância inegável de três pilares: a centralidade do poder, a noção de interesse nacional e o ceticismo em relação a uma moral universalista.

O argumento central da busca pelo poder, sejam quais forem os objetivos finais de uma nação (liberdade, segurança, prosperidade ou um ideal religioso, filosófico, econômico ou social), o poder é sempre o objetivo imediato quando se busca realizar esses fins através da política internacional (Morgenthau, 2003). O poder político, em sua essência, é uma relação que permite controlar as ações de outros por meio da influência sobre suas mentes, seja pela expectativa de benefícios, pelo receio de desvantagens ou pelo respeito/amor por indivíduos ou instituições (Morgenthau, 2003). Essa luta pelo poder é vista como universal no tempo e no espaço, sendo um fato inegável da experiência.

Kissinger reitera essa centralidade do poder em suas análises. Ao descrever a *realpolitik* chinesa, ele observa que os chineses têm sido praticantes astutos dessa doutrina estratégica, focando em manipular adversários para que se enfraqueçam enquanto constroem sua própria posição estratégica (*shi*) (Kissinger, 2011). A história da Rússia também é apresentada como uma em que a ordem é vista como um confronto perpétuo entre vontades, com a Rússia estendendo seu domínio até o limite imposto pelos recursos materiais (Kissinger, 2015). A política de prestígio, por exemplo, é um elemento intrínseco das relações entre nações, refletindo a reputação de poder de um país, o que é crucial para o sucesso de sua política externa (Morgenthau, 2003). Kissinger (2011) também destaca a crença de Deng Xiaoping na força chinesa e na importância de ter poder de fato para conduzir a política externa.

Ambos os autores concordam que o poder não é apenas militar, embora a força militar seja um componente crucial. Morgenthau enfatiza que a política de poder vai além dos aspectos materiais da guerra e da diplomacia, incluindo a luta pelas mentes. Ele observa que a potencialidade nuclear de destruição total torna obsoleta a violência descontrolada como instrumento de política externa. Kissinger, por sua vez, ressalta que a China, por exemplo, tem uma doutrina estratégica que enfatiza a dominação psicológica em vez da conquista territorial (Kissinger, 2011).

O conceito de interesse definido em termos de poder é a principal bússola do realismo político de Morgenthau. Ele argumenta que esse conceito estabelece a política como uma esfera autônoma, distinta da economia, ética, estética ou religião (Morgenthau, 2003). A história comprova que os políticos tendem a pensar e agir em termos de interesse definido como poder, o que permite aos observadores compreender e até antecipar suas ações (Morgenthau, 2003). Além disso, esse conceito confere uma disciplina racional à ação política, criando uma continuidade notável na política externa dos Estados, independentemente das motivações ou qualidades morais dos líderes individuais. Morgenthau enfatiza que o realismo se recusa a identificar a política externa de um líder com suas simpatias filosóficas ou políticas, exigindo uma distinção clara entre o desejável e o possível.

Kissinger demonstra consistentemente a primazia do interesse nacional nas relações exteriores. Ele descreve a abertura dos EUA para a China como um resultado de necessidades da época e interesses congruentes (Kissinger, 2011). Tanto os Estados Unidos quanto a China, segundo ele, buscavam usar o outro como alavanca em suas relações com a União Soviética. A política externa chinesa é vista como uma combinação de ideologia e interesse nacional (Kissinger, 2011). Deng Xiaoping, em particular, era pragmático e focava em conquistar uma implementação paralela de interesses estratégicos com os EUA para conter a União Soviética (Kissinger, 2011). Mesmo diante de pressões domésticas, os líderes chineses priorizam o interesse nacional e a autonomia em suas relações internacionais. Richelieu é citado por Kissinger como o estadista que inventou a ideia de que o Estado é uma entidade abstrata e permanente, guiada pelo interesse nacional (*raison d'État*), não por interesses familiares ou princípios religiosos (Kissinger, 2015). Da mesma forma, Lord Salisbury é citado por Morgenthau afirmando que o único vínculo de união que permanece entre as nações é a ausência de quaisquer interesses em comum (Morgenthau, 2003).

O realismo político de Morgenthau é cético em relação à aplicação universal e abstrata de princípios morais às ações dos Estados. Ele argumenta que o indivíduo pode se sacrificar por um princípio moral, mas o Estado não tem o direito de fazê-lo em nome de seus cidadãos; a prudência – a avaliação das consequências políticas – é a virtude suprema na política. O realismo se opõe à identificação das aspirações morais de uma nação com leis morais universais, criticando a convicção blasfema de que Deus está sempre do seu lado. Ele considera o enfoque moralista-legal na política internacional como problemático, pois ele responde a questões políticas em termos de questões morais, levando a erros fatais e ilusões (Morgenthau, 2003).

Kissinger ecoa esse ceticismo ao discutir o excepcionalismo americano missionário versus a universalidade cultural chinesa. Ele observa a tensão entre o compromisso americano com valores democráticos e direitos humanos universais e a realidade das diferentes culturas e interesses nacionais. A China, por sua vez, consistentemente rejeita a noção de que a ordem internacional deva ser fomentada pela disseminação da democracia liberal e insiste na não interferência em assuntos domésticos. Li Peng, por exemplo, afirmou que o conceito de direitos humanos difere da China em relação ao Ocidente (Kissinger, 2011).

A ironia, como apontada por Kissinger, é que um herdeiro de Mao viesse explicar a natureza de um sistema internacional baseado em Estados soberanos, coisa sobre a qual, afinal de contas, havia escrito várias décadas antes. Para os dois pensadores, a aceitação de que os Estados operam com base em seus interesses nacionais e não necessariamente em uma moralidade universalmente compartilhada, é fundamental para uma compreensão realista e eficaz da política internacional. A tentativa de impor valores de fora, especialmente em grandes civilizações como a China, pode ter vastas consequências imprevistas.

Em suma, Morgenthau e Kissinger convergem na visão de que a política internacional é inerentemente uma luta pelo poder, guiada pelo interesse nacional e temperada por um profundo ceticismo em relação a abordagens moralistas e universalistas. Essa perspectiva compartilhada forma a espinha dorsal de seu pensamento realista, buscando entender o mundo como ele é, em vez de como se deseja que ele seja.

4.1 A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA: CONTINUIDADE E RUPTURA?

Ao longo de sua história, a diplomacia americana tem sido objeto de intenso debate quanto à sua natureza fundamental: seria ela marcada por uma continuidade realista intrínseca, que prioriza o poder e o interesse nacional, ou por uma instrumentalização seletiva da teoria, adaptando-a conforme as conveniências do momento?

O interesse definido como poder é o fio condutor que confere disciplina racional em ação é continuidade à política externa de um Estado. A prudência de Morgenthau – a avaliação das consequências políticas das ações – como a virtude cardinal na política internacional, pois a ética política julga uma ação pelos seus resultados, e não por sua adesão a princípios morais abstratos.

Morgenthau era um crítico veemente do enfoque moralista-legal na política externa, argumentando que a tentativa de aplicar valores morais universais à conduta dos Estados era uma falácia que obscurece a verdadeira dinâmica do poder. Sua oposição à Guerra do Vietnã, por exemplo, fundamentava-se na percepção de uma crença na infinita maleabilidade de uma realidade notavelmente turbulenta e na preferência por soluções econômicas para problemas políticos e militares, em detrimento de uma análise desapassionada do poder. Ele alertava contra a "utopia científica", que buscava reduzir problemas políticos a proposições científicas com soluções mecânicas, subestimando a complexidade e irracionalidade inerentes à política.

Apesar de sua influência intelectual ser profunda e seu arcabouço conceitual fornecer uma lente para entender a realidade internacional, sua atuação direta na formulação da política externa americana foi mais limitada, dada sua postura eminentemente crítica.

Para Morgenthau, a política internacional é fundamentalmente uma luta pelo poder, e o poder é o objetivo imediato de qualquer nação que busca realizar seus fins por meio da política externa. Ele sustenta que essa luta é universal no tempo e no espaço, um fato inegável da experiência (Morgenthau, 2003). O conceito de interesse definido em termos de poder é a bússola do realismo político, permitindo compreender e antecipar as ações dos estados, independentemente das motivações ou qualidades morais dos líderes (Morgenthau, 2003). A

prudência – a avaliação das consequências políticas – é a virtude suprema na política, pois o Estado não tem o direito de se sacrificar por um princípio moral em nome de seus cidadãos.

Morgenthau via os Estados Unidos como uma potência que deveria agir com prudência e responsabilidade, especialmente dada a sua posição de poder predominante no pós-Segunda Guerra Mundial (Morgenthau, 2003). Ele criticava veementemente o enfoque moralista-legal na política internacional, que respondia a questões políticas em termos de questões morais, levando a erros fatais (Morgenthau, 2003).

Sua crítica à política externa dos EUA, especialmente à intervenção no Vietnã, exemplifica sua visão de responsabilidade. Considerava a guerra no Vietnã uma violação fundamental do direito da guerra, resultante de uma aplicação equivocada do poder e da ignorância das limitações que o realismo impõe (Morgenthau, 2003). O argumento que a utilização da força descontrolada se tornava obsoleta diante da potencialidade nuclear de destruição total. Essa postura, que lhe custou uma consultoria no Departamento de Estado, demonstra seu compromisso com a aplicação rigorosa dos princípios realistas, enfatizando que o poder não se esgota na mera aplicação de meios militares, mas deve ser exercido com cautela e em alinhamento com a prudência e o interesse nacional (Morgenthau, 2003).

Kissinger, por sua vez, foi um praticante ativo da *realpolitik*, promovendo uma ordem mundial baseada no equilíbrio de poder. Ele observou que a moderna concepção ocidental de relações internacionais emergiu da necessidade de balanço de poder entre Estados de força equivalente, onde nenhum Estado era forte o bastante para impor sua vontade (Kissinger, 2011). Sua abordagem, influenciada por Richelieu, enfatiza que o Estado é uma entidade abstrata e permanente, guiada pelo interesse nacional e não por princípios religiosos ou familiares.

Ao descrever a política externa chinesa, Kissinger ressalta a astúcia dos chineses em focar na manipulação de adversários para enfraquecê-los enquanto constroem sua própria posição estratégica (Kissinger, 2011). A abertura dos EUA para a China durante a Guerra Fria é um exemplo claro de sua abordagem pragmática, impulsionada pelas necessidades da época e por interesses congruentes de ambas as nações em contrabalançar a União Soviética. Para

Kissinger (2011), o sucesso da diplomacia nesse contexto reside precisamente na ausência de qualquer ilusão de mudar as convicções básicas do outro lado.

O ceticismo de Kissinger quanto a uma moral universalista manifesta-se em sua análise da tensão entre o excepcionalismo americano e a realidade das diferentes culturas e interesses nacionais. Ele apontou a ironia de um líder chinês explicando a ele, Kissinger, a natureza de um sistema internacional baseado em estados soberanos, algo sobre o qual ele mesmo havia escrito por décadas (Kissinger, 2011). Ele adverte que a tentativa de impor valores de fora, especialmente em grandes civilizações como a China, pode ter vastas consequências imprevistas (Kissinger, 2011). A política externa americana deveria buscar um equilíbrio sensato de prioridades estratégicas, combinando idealismo e realismo.

Embora Kissinger reconheça a importância dos valores democráticos e dos direitos humanos para a identidade americana, ele argumenta que transformá-los em pré-condições rígidas para a relação diplomática pode levar ao impasse e ser contraproducente. A diplomacia, não deve minimizar a natureza das escolhas difíceis entre segurança nacional e convicções morais, mas sim buscar formas de coexistência e coevolução que permitam aos países perseguir seus imperativos domésticos, cooperando no que for possível e minimizando conflitos.

A análise da política externa dos EUA através das lentes de Morgenthau e Kissinger revela uma profunda continuidade dos fundamentos realistas, mas com uma instrumentalização seletiva e adaptativa da teoria em face das contingências históricas e das pressões políticas.

Morgenthau estabeleceu os princípios do realismo como uma base objetiva e atemporal para entender a política, insistindo na necessidade de prudência e na distinção entre o desejável e o possível. Sua aversão à situação do Vietnã não foi uma ruptura com o realismo, mas uma reafirmação de seus princípios de limites do poder e da importância de uma análise racional das consequências.

Kissinger, como estadista, operou dentro dessa moldura. Sua política em relação à China não foi um abandono do realismo, mas uma aplicação sofisticada do equilíbrio de poder

e do interesse nacional em um cenário complexo e multipolar (Kissinger, 2011). Ele buscou conquistas para não insuflar vida em processos burocráticos, mas sim alinhar interesses estratégicos reais. No entanto, a necessidade de adaptar os princípios americanos à realidade das outras regiões e culturas, e de equilibrar as aspirações mais elevadas de uma nação com a compreensão dos limites de sua capacidade, sugere uma instrumentalização pragmática.

A questão não é se houve um abandono do realismo, mas como ele foi modulado e aplicado. Kissinger, por exemplo, embora focado no poder, reconhece que o cálculo do interesse nacional não é simplesmente uma fórmula matemática e que certa congruência de valores é em geral necessária para constituir um elemento de restrição. Ele advoga por uma diplomacia que busca evitar o desastre de uma guerra fria entre grandes potências, questionando "aonde um conflito vai nos levar?" e a falta de visão que transforma o equilíbrio em um processo mecânico (Kissinger, 2011). Essa busca por um equilíbrio sensato entre prioridades estratégicas e valores, e a rejeição de um confronto automático, demonstram uma instrumentalização do realismo para fins de estabilidade e paz, não como um mero cálculo de dominação bruta.

Em último diálogo, a política externa dos EUA, sob a influência desses pensadores realistas, não rompeu com a busca do poder e do interesse nacional. No entanto, ela oscilou entre a aplicação de uma *realpolitik* mais crua e a tentativa de conciliar esses imperativos com valores e ideais, adaptando a teoria a um mundo em constante mudança, resultando em uma complexa coexistência de continuidade de princípios realistas e instrumentalização seletiva para navegar os dilemas globais, sempre com a consciência de que a arte de governar reside em administrar ambiguidades, não absolutos.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho propôs-se a analisar comparativamente as concepções de poder e moralidade nos pensamentos de Hans Morgenthau e Henry Kissinger, delineando suas implicações para a política externa dos Estados Unidos. Através de uma abordagem teórica e qualitativa, com foco na análise comparativa, buscou-se identificar as convergências e divergências que, apesar de compartilharem uma base realista, distinguem as abordagens desses dois influentes pensadores e praticantes das Relações Internacionais.

Hans Morgenthau, como examinado, fundamenta sua teoria no realismo clássico, ancorando a política internacional em leis objetivas enraizadas na natureza humana, que inevitavelmente levam à luta pelo poder. Para ele, o interesse nacional é definido em termos de poder, funcionando como o principal indicador para a compreensão da política internacional como uma esfera autônoma. A moralidade universal, em sua forma abstrata, não pode ser diretamente aplicada à ação dos Estados, pois a prudência – a avaliação das consequências políticas – é a virtude suprema na política, visto que o Estado não pode sacrificar sua sobrevivência por um princípio moral. Morgenthau criticava abordagens moralistas-legais e a utopia científica por ignorarem a realidade do poder, o que levaria a políticas ineficazes ou desastrosas. Sua contribuição é, portanto, uma teoria normativa sobre os limites e responsabilidades morais do poder, entendendo que “não pode haver moralidade política sem prudência” e que princípios universais devem ser “filtrados pelas circunstâncias concretas de tempo e lugar”.

Henry Kissinger, por sua vez, emerge como um expoente do pragmatismo realista, cuja obra é intrinsecamente ligada à aplicação prática de suas ideias enquanto estadista. Sua perspectiva enfatiza a compreensão de diferentes histórias e culturas para navegar os problemas de paz e guerra, buscando uma estratégia de longo prazo e agindo “no limite do possível” para forjar uma direção coerente. Conceitos como o *shi* chinês – a “tendência estratégica” ou “energia potencial” de uma situação em transformação – ilustram sua visão de que tudo está interligado (clima, terreno, diplomacia, inteligência, suprimentos) e que o estrategista deve capturar a direção da evolução para servir a seus fins (Kissinger, 2011). A aplicação da força de forma indireta, através de logro e manipulação, para alcançar objetivos, considerando-a mais “humanitária” e econômica do que o triunfo pela força superior (Kissinger, 2011). Ele buscou a conciliação de interesses e a estabilidade internacional através

de um equilíbrio de poder, como na abertura com a China, redefinindo a abordagem americana e a liderança internacional (Kissinger, 2011). Nesse ponto, Kissinger identifica a inclinação missionária da América, mas ainda se preocupa pela imposição de valores por confronto que pode ser contraproducente.

As convergências entre Morgenthau e Kissinger residem na base comum do realismo. Ambos compartilham a premissa de que o poder é a moeda central das relações internacionais e que o interesse nacional é o guia fundamental da política externa. Ambos são céticos em relação a abordagens puramente idealistas ou moralistas que desconsideram as dinâmicas de poder. Eles reconhecem a inevitabilidade do conflito e a necessidade de gerenciar o equilíbrio de forças para evitar a anarquia total (Kissinger, 2015).

Contudo, as divergências são substanciais e moldam visões distintas sobre o comportamento dos Estados. No que tange à moralidade, Morgenthau constrói uma teoria normativa que, embora pragmática em sua recomendação de prudência, insiste na consideração dos limites e responsabilidades morais do poder como um imperativo ético para o estadista. Ele vê o direito internacional e a moralidade como limitações normativas à luta pelo poder (Morgenthau, 2003). Já Kissinger, adota uma postura mais estratégica e circunstancial, na qual a moralidade, embora reconhecida no âmbito doméstico (como no "excepcionalismo americano"), é frequentemente subordinada à prioridade da estabilidade e do equilíbrio internacional. As ações em política externa são julgadas por sua eficácia em gerenciar as relações de poder e alcançar objetivos de longo prazo, não necessariamente pela sua consonância com princípios morais universais abstratos (Kissinger, 2015). A sinceridade e o entendimento sobre o reconhecimento do interesse mútuo são cruciais para a previsibilidade, mesmo em coexistência combativa.

Quanto ao uso e à função do poder, Morgenthau o concebe como uma "luta contínua" e uma realidade objetiva. Ele categoriza as políticas dos Estados em termos de manutenção do *status quo*, imperialismo e política de prestígio, alertando para os perigos de desproporção entre o poder real e a pretensão de prestígio. Kissinger, como praticante da diplomacia, demonstra uma compreensão mais fluida e adaptável do poder. Ele vê a diplomacia como a "costura de elementos políticos, militares e psicológicos em um projeto estratégico

global"(KISSINGER, 2011, p. 147). Sua atuação na abertura com a China, por exemplo, ilustra a capacidade de manipular percepções e cenários para forjar novas realidades de equilíbrio, mesmo com adversários ideológicos. A China, em sua visão, utiliza a autonomia como "arma e um método de assistência mútua baseado em percepções paralelas", não em obrigações formais.

As implicações para a política externa dos Estados Unidos são profundas. A análise sugere que a atuação americana, ao se desviar da prudência em nome de princípios morais universais (como a questão do Vietnã), corre o risco de fracassar e até de minar seu próprio poder e prestígio. Sua visão exige uma autoconsciência constante dos limites inerentes ao poder e da necessidade de equilibrar ambição e responsabilidade moral. A perspectiva de Kissinger, por outro lado, oferece um roteiro para uma política externa pragmática e estratégica, capaz de navegar por complexas ambiguidades e contradições, priorizando a estabilidade e a gestão de rivalidades sistêmicas. Ele advoga que os EUA devem operar no limite do que uma determinada situação pode permitir, construindo relacionamentos que se sustentem ao longo do tempo porque todas as partes os consideram de interesse próprio (Kissinger, 2011). A conciliação de valores universais com a questão do interesse nacional é um desafio persistente, exigindo que os EUA evitem a imposição unilateral de seus valores em contextos culturais distintos e busquem uma coevolução que respeite a dignidade e a soberania de outras nações (Kissinger, 2011).

Embora ambos partilhem o terreno fértil do realismo, suas abordagens representam vertentes distintas que moldam visões contrastantes sobre o comportamento dos Estados. Morgenthau oferece uma lente crítica e normativa sobre as responsabilidades éticas do poder, enquanto Kissinger exemplifica a maestria estratégica na aplicação do poder para forjar e manter a ordem global em um mundo complexo, o seu agir por conveniência situacional define sua identidade diplomática. A compreensão dessas nuances é essencial para o debate contínuo sobre a atuação dos Estados Unidos na ordem internacional contemporânea, onde a tensão entre o idealismo missionário e o imperativo da *realpolitik* permanece uma constante. Tanto um, quanto o outro legado, do professor frustrado pela incompreensão e do estrategista no limite do possível, fornecem ferramentas conceituais inestimáveis para as gerações futuras de formuladores de políticas.

REFERÊNCIAS

- CARR, Edward H.** *Vinte anos de crise: 1919–1939*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- EMERY, Henry C.** What is Realpolitik? *International Journal of Ethics*, Chicago, v. 25, n. 4, p. 448–468, 1915.
- KISSINGER, Henry.** *Diplomacia*. Trad. Saul S. Gefter; Ann Mary Fighiera Perpétuo. São Paulo: Saraiva, 2012.
- KISSINGER, Henry.** *Ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- KISSINGER, Henry.** *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- KISSINGER, Henry A.** Domestic structure and foreign policy. *Daedalus*, Cambridge, v. 95, n. 2, p. 503–529, primavera 1966. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20026982>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- MORGENTHAU, Hans.** Realism in international politics. *Naval War College Review*, Newport, v. 10, n. 5, p. 1–15, jan. 1958. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44640810>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- MORGENTHAU, Hans.** Review: The political science of E. H. Carr. *World Politics*, Cambridge, v. 1, n. 1, p. 127–134, out. 1948. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2009162>. Acesso em: 4 mar. 2024.
- MORGENTHAU, Hans J.** *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. 6. ed. rev. e ampl. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.
- MORGENTHAU, Hans J.** Organization of a power system: unilateralism and the balance of power. *Naval War College Review*, Newport, v. 20, n. 7, p. 3–11, fev. 1968. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44639231>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- SARDENBERG, Ronaldo M.** Prefácio. In: MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. p. 23.